

O não-lugar de Machado, mestiço, na crítica naturalista*

*Joana Luíza Muylaert de Araújo***

RESUMO: A polêmica em torno da obra de Machado de Assis, envolvendo alguns entre os principais críticos contemporâneos do escritor, permanece vigorosa, se reconsiderarmos o que é ainda hoje interpretado como desacertos da crítica naturalista. Referência central para o exercício da crítica literária no final do século XIX, o nacionalismo, no caso da obra de Machado, cuja singularidade intrigava tanto seus admiradores como seus desafetos, produziu os mais diversos e antagônicos juízos de valor. Desses supostos desencontros críticos é que pretendo tratar, reabrindo o debate, a partir das novas articulações teóricas no campo da crítica literária. Em outras palavras, proponho que se leiam os chamados equívocos críticos como paradoxos constitutivos de todo trabalho rigoroso de interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura e crítica, crítica naturalista, Machado de Assis.

ABSTRACT: The polemics that surrounds Machado de Assis's works, involving some of the most important writers who also lived in the 19th century, remains pertinent, if we reconsider what is today still interpreted as "errors" of the positivist criticism. In a few words, this essay attempts to discuss, through the perspective of contemporary theories about reading and reception, the concept of literary identity as a discursive construction. In order to achieve this aim, we propose that these such errors or misunderstandings should be considered as paradoxes that constitute paradoxes inherent to the actual process of interpretation..

KEYWORDS: Literature and criticism, positivist criticism, Machado de Assis.

* Este artigo é uma produção inicial da pesquisa sobre a crítica brasileira moderna e contemporânea, apoiada pelo CNPq com uma bolsa de Produtividade em Pesquisa.

** Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O nacional e o universal na literatura brasileira: entre a cópia e o modelo

“Pode-se hoje pairar nos cimos conquistados para todos, sem ser imitador, mas apenas homem de cultura, mostrando, já se vê, cada um inteligência suficiente e trabalho eficaz.”
(Sílvio Romero)

Em face do que julgavam problemas da raça e dos trópicos, críticos e historiadores literários brasileiros, no final do século XIX, construíram, sobre a literatura nacional, imagens imobilizadoras de ressentimento e falta incontornáveis. Com essa percepção de si mesmos, não poderiam deixar de sentir tudo o que se referisse às questões identitárias como realizações extremamente precárias, como máscaras descoladas de um presumido rosto verdadeiro. O impasse, um mal de origem, fez-se, assim, presença incômoda, continuamente lembrada, repisada, numa espécie de círculo vicioso, do qual os mais ruidosos intelectuais se tornaram reféns.

Em busca do marco zero de uma identidade por suposição ainda incompleta, ainda em formação, esses melancólicos intérpretes do Brasil voltavam seu olhar para um passado feito de ruínas e um futuro de incertezas, na melhor das hipóteses, um futuro utópico, sempre adiado, sempre inalcançável.

Como uma velha história que se repete, todo processo de construção e afirmação de identidades implica muitas dívidas, políticas e culturais, dívidas que se perpetuam insanáveis, em razoável medida, pelo assentimento magoado dos devedores. Dívida sempre rememorada nos escritos dos nossos críticos que, inseguros das imagens coaguladas que desenharam a respeito da própria cultura, não se deram conta da historicidade e, em conseqüência, da provisoriade de suas representações.

Na verdade, como se sabe, a construção do *ser brasileiro* vem sendo elaborada desde os tempos da ocupação e conquista daquilo que veio a constituir o território nacio-

nal. Primeiro com o trabalho de catequese do indígena que, convertido em cristão-católico pelos padres portugueses, sofre uma primeira desapropriação. Destituído de sua cultura, perde as referências que o identificam à sua comunidade e está pronto para participar como personagem secundário de uma história que não foi por ele inventada. Primeiro convertido, depois escravizado e, por fim, confinado em terras incertamente demarcadas, o indígena vem progressivamente desaparecendo; trágico desfecho, confirmada a impossibilidade de sua incorporação definitiva à cultura ocidental.

Nesse sentido, acredito que podemos mesmo afirmar que, em essência, a percepção dos intelectuais darwinistas não era muito diferente do olhar dos primeiros colonizadores, ao se confrontarem com os estranhos, incompreensíveis indígenas.

Sílvio Romero dizia, condenando os românticos nacionais, que o índio não é o brasileiro e que, como raça inferior, estava inexoravelmente condenado a se extinguir no confronto com as raças fortes. A posição assumida pelo crítico foi, nesse caso, ainda mais radical: para o indígena não havia nem a alternativa da conversão, já que, situado num estágio muito inferior da cultura, jamais conseguiria acompanhar o ritmo cada vez mais acelerado da civilização.

Como se vê, a perspectiva etnocêntrica justificou tanto a prática predatória e violenta dos primeiros colonizadores europeus quanto a prática e o pensamento teórico das elites intelectuais brasileiras do século XIX, novos colonizadores que reproduziram no interior da sociedade a experiência da colonização européia.

O projeto dos intelectuais nacionais do final do século XIX – inserir o Brasil na tradição européia da modernidade – implicava, do mesmo modo, um processo de uniformização das diferentes culturas de origem negra, indígena e mestiça. De fato, não é outro o desígnio de Sílvio Romero ao afirmar a necessidade, a urgência de se *branquear* a cultura brasileira. Branquear, ocidentalizar, afirmar a hegemonia da cultura européia, esse é o pressuposto

básico da teoria romeriana da mestiçagem e, simultaneamente, o alvo, a meta final na construção da brasilidade. Ser brasileiro é o resultado último de um lento processo de *amalgamento* das culturas e das raças que nos constituem, *amalgamento* que pressupõe a *denegação das diferenças*, brasilidade, portanto, condenada a simulacro, imagem distorcida, caricatura do europeu que lhe serviu de modelo.

Ser brasileiro é ser, mais uma vez, na melhor das hipóteses, um duplo, semelhante precariamente ao colonizador, superior na raça, superior na cultura.

A teoria da mestiçagem, proposta por Sílvio Romero, assimila as diferenças culturais do outro desde, é claro, que ele se submeta a ocupar o lugar devido na hierarquia determinada pelo discurso hegemônico das elites letradas brasileiras, discurso que reflete, por seu turno, o discurso europeu dominante. Dentro do discurso histórico europeu, os povos não-europeus, não-ocidentalizados das bandas de cá, só cabiam como povos bárbaros, sem lei, sem Deus, sem costumes, sem história, povos que simplesmente não eram nada, que, destituídos de ser, são o não-ser. A esse tempo, refiro-me ao século XIX, a antropologia e a etnologia já haviam surgido – a criação da “consciência ferida européia”, no dizer de Silviano Santiago (1982, p.17) – para contar a história dos povos sem história, ou melhor, para descrever as incômodas diferenças, embora sem uma real aceitação e compreensão delas. Na verdade, etnólogos e antropólogos não sabiam bem o que fazer com esses homens diferentes, onde colocá-los, uma vez que o mundo tão pequeno, tão reduzido ao horizonte ocidental não os comportava.

Oscilar entre o discurso histórico tradicional que fornece uma interpretação etnocêntrica da cultura que nos exclui dessa mesma cultura e o discurso antropológico – que nos aceita como excentricidade e por essa mesma razão nos exclui como outro – constituiu, na verdade, um falso impasse vivido pelo intelectual brasileiro desde o século XIX.

Sílvio Romero expressa esse dilema quando afirma a existência de uma literatura brasileira sem originalidade e

ao referir-se ao homem brasileiro como produto inacabado do cruzamento ainda em curso das três raças.

Sabe-se que a constituição sólida e original do povo e da cultura brasileira dependia, segundo o escritor, da capacidade desse povo de se inserir na cultura ocidental-européia. Não há dúvida de que Sílvio Romero acreditava na possibilidade de uma verdadeira interação entre as nações que, integradas numa civilização universalista, cosmopolítica, não perderiam suas características singulares, seus “impulsos originais” (Romero, 1880, p.167). Mas esse projeto mal esconde a tendência à homogeneização das diferenças. Duas afirmações do autor podem nos dar a chave para a compreensão do impasse e para uma tão desejada quanto impossível alternativa, são elas: a literatura brasileira não é original, o homem brasileiro é um ser incompleto.

O corpo teórico utilizado pelo escritor condenava de saída qualquer proposta de definição da identidade nacional brasileira. O que se apresentava diante de seus olhos era uma realidade indesejada: um povo mestiço, ainda num estágio inferior de desenvolvimento; uma literatura imitativa, servil, cópia mal feita da grande literatura européia. Só lhe restava, então, projetar para o futuro incerto a saída utópica: o branqueamento da cultura e da raça brasileira, a ocidentalização, a cópia perfeita, no final das contas, também cópia. Cópia imperfeita ou cópia perfeita, o impasse permanece.

Sílvio Romero propôs uma saída que o levou ao ponto de partida. Foi um erro de perspectiva que o impediu de avaliar adequadamente nossos melhores escritores, aqueles que com sua obra poderiam formar um conjunto representativo da literatura brasileira. Joaquim de Sousa Andrade – o Sousândrade –, hoje já resgatado do esquecimento pelos irmãos Campos, é um exemplo de poeta importante, mencionado apenas de passagem na *História da literatura brasileira*, por Sílvio Romero. Especialmente na análise que elaborou sobre a obra de Machado de Assis, fica muito evidente a sua intransigência em relação ao

método *a priori* proposto, e, no caso em questão, a arbitrariedade de um juízo à mercê dos humores de circunstância.

Embora interessante em muitos aspectos, o “critério étnico-popular” (Romero, 1949, v.I, p.39), formulado pelo crítico, limitou, numa camisa-de-força pretensamente científica, sua amplitude de visão, comprometendo o melhor de seu exercício crítico. Sílvia Romero não soube, ou não pôde, relativizar as palavras, muitas vezes definitivas e autoritárias, com que julgou autores, obras e períodos literários, como foi o caso do romantismo no Brasil. Tornou absoluto o método e perdeu de vista a singularidade do objeto – a obra literária. Mas ainda aqui é prudente salientar que restrições são feitas ao crítico autoritário que ele foi, não ao crítico juiz, porque todos sabemos que nenhuma crítica está isenta de juízos de valor.

É certo que a perspectiva de hoje permite perceber o que, no seu tempo, Sílvia Romero não poderia perceber; é certo ainda, conforme adverte Antonio Candido (1978, p. xxii), na introdução a uma seleção de textos do escritor, que não devemos fazer “retroagir os nossos conceitos atuais” se pretendemos evitar juízos de valor absolutos. Afinal, em relação a seu tempo, Sílvia Romero foi um progressista, pois as idéias que abraçou e defendeu representavam um avanço considerável. A “ciência” era a última palavra. Só que essa ciência já nasceu comprometida com a ideologia etnocêntrica européia. O etnocentrismo, como se sabe, estava na base das teorias evolucionistas do final do século XIX, condenando, de antemão, todo estudo comparativo das culturas, hierarquizando-as em mais ou menos evoluídas, mais ou menos universais, e assim por diante.

Comparando a literatura brasileira com a européia, segundo essa concepção, Sílvia Romero teve olhos apenas para o que havia de simulacro nas nossas produções literárias. Imobilizado na armadilha dos critérios de atraso e originalidade, acabou cometendo o pecado que acusava na maioria dos escritores brasileiros. Diante das questões – há uma literatura brasileira? É ela original? – as soluções propostas retomavam sempre a mesma toada: nossos es-

critores não são originais, nossos escritores estão sempre atrasados em relação ao que se produz na metrópole. Ao final da leitura da *História da literatura brasileira*, fica para o leitor a impressão de que as obras nacionais constituem uma galeria infundável e monótona de cópias, mal realizadas, das obras européias.

Teria sido necessário reverter a questão das fontes e influências para que o problema da originalidade, do atraso e da dependência cultural manifestasse aspectos que os preconceitos etnocêntricos não permitiam revelar (cf. Santiago, 1978; 1982).

Mas isso é coisa que, como se sabe, Sílvia Romero não poderia realizar, comprometido que estava com as referências teóricas de um método que negava, por princípio, à nossa cultura e à nossa literatura o direito de ser ela própria, de possuir uma identidade, identidade dinâmica, bem entendido, em constante interação com outras culturas e, portanto, em processo contínuo de construção.

Embora enredado nas malhas da crítica por ele mesmo postulada, Sílvia Romero encontrou algumas brechas pelas quais, achava ele, poderia contornar o incômodo antagonismo entre nacionalismo e cosmopolitismo na cultura e na literatura. A começar por Gregório de Mattos a quem, aliás, Sílvia Romero destaca como o genuíno iniciador da nossa poesia por ter sido o primeiro a expressar, na sua obra, o sentimento popular nacional. Mas não é em razão dos aspectos exclusivamente nacionais que uma obra se legitima, menos ainda se pode falar de uma literatura nacional no tempo de Gregório de Matos (cf. Jobim, 1992).¹ No entanto, para sermos justos com o escritor, digamos que mesmo o seu nacionalismo não era tão estreito conforme pode parecer em algumas passagens da sua crítica, como no caso dos estudos sobre o folclore e as relações com a cultura erudita. Ao contrário, insistia sempre no fato de que a integração de uma nação no processo civilizatório não implicava a perda da singularidade e da soberania. Impedido, no entanto, de prosseguir nessa trilha, voltava atrás refugiando-se no seu critério étnico-po-

¹ Para um estudo mais específico dessa questão, consultar João Adolfo Hansen (1989).

pular. A precária identidade nacional, sob constante ameaça de desintegração, assim cristalizava-se num preconceito redutor e excludente.

Em síntese, seu pensamento oscilava, aprisionado, entre a defesa do nacional-popular e a defesa do cosmopolitismo. No primeiro caso, as produções anônimas do povo constituiriam a marca distinta e original da nossa literatura e, dado o seu regionalismo, não poderiam atingir um universo mais amplo nem por ele ser atingidas. Reproduz-se, assim, no interior do sistema literário brasileiro, o mito do modelo original: modelar é o folclore, sendo a literatura erudita brasileira uma imitação, sempre em desacordo, sempre tardia, da literatura européia. No segundo caso, trata-se, na verdade, embora Sílvio Romero pareça afirmar o contrário, de uma uniformização das culturas segundo o padrão ocidental.

O antagonismo entre cultura popular e erudita refletia as desigualdades e a distância, praticamente incontornáveis, entre as classes populares iletradas e as elites intelectuais. Do mesmo modo, cultura universal cosmopolita e cultura nacional se polarizavam, esta última na forma de uma produção folclórica, anônima e invisível aos olhos da literatura nacional consagrada. Embora genuína, autêntica, a cultura literária popular se achava à margem, esquecida e condenada ao desaparecimento, o que Sílvio lamentava mas para o que parecia não ver alternativa. Como refazer o percurso das grandes literaturas, com suas grandes épicas, nascidas dos cantos dos rapsodos populares? Se nascemos em plena modernidade, fim de uma tradição poética e narrativa para sempre irrecuperável, eis uma pergunta que talvez o crítico jamais devesse ter feito.

Pensar formas de tentar diminuir a distância entre esses pólos extremos foi, pode-se dizer, a razão de ser da crítica de Sílvio Romero, só que as formas de pensar do escritor estavam muito mais afinadas com a cultura dominante européia do que com as culturas populares e regionais onde ele foi buscar as fontes do ser brasileiro. Resultado: ou não éramos nada senão simulacros, ou éramos populares e ser

popular, no nosso caso, significava ser um *outro* tão diferente do homem culto europeu que a ameaça de desaparecimento progressivo era um fato concreto iminente. Daí a urgência de europeizar, ocidentalizar o povo brasileiro, o que não supunha, necessariamente, descaracterização, conforme pensava Sílvio Romero quando dizia que é possível ser homem de cultura sem ser imitador.

O desejo de manter intacto o “espírito popular” e, simultaneamente, inseri-lo num conjunto universal não seria inviável desde que o povo evoluísse, segundo leis internas, bem entendido, sem a influência do estrangeiro que, por se encontrar no topo dessa evolução, seria, inevitavelmente, um fator de desagregação. Tudo se dá como se a história de todos os povos estivesse destinada a realizar o mesmo percurso, a atingir o mesmo alvo. A cada povo, por isso mesmo, o direito de evoluir de acordo com o seu próprio tempo, seu próprio ritmo: essa era a reivindicação do escritor. Seria possível superar o falso dilema entre universalidade e identidade nacional? Seria viável o diálogo das diferenças que superasse, ao mesmo tempo, o cosmopolitismo homogeneizador e os nacionalismos xenófobos que, em essência, expressam o mesmo desejo desmedido de identidade absoluta?

O caso Machado de Assis: aporias da crítica de Sílvio Romero

“O patriotismo é um sentimento anacrônico: o tempo é de um vasto desenvolvimento cosmopolítico.”
(Sílvio Romero)

Era com afirmações incisivas como essa que Sílvio Romero sustentava sua convicção de que a velha e pobre tese romântica do nacionalismo já não fazia sentido diante da então cada vez mais “viva consciência da unidade intelectual da civilização européia” (Romero, 1880, p.154).

O grande fato contemporâneo era o sentimento cosmopolítico, disseminado em todos os povos europeus, rea-

firmava o escritor, em aberta atitude de quem reconhece e legitima esse sentimento como resultado inelutável do desenvolvimento dos novos métodos histórico-comparativos aplicados nas ciências em geral e na filosofia; a partir, é claro, da perspectiva de um intelectual brasileiro da virada do século, marcado pelas novas correntes evolucionistas e científicas de pensamento.

O que, porém, parece ruptura ou descontinuidade, em relação a um passado ainda tão próximo, pode, de outro modo, revelar comprometimentos que, de tão enraizados no mesmo romantismo, se apagam no calor das polêmicas. Se o patriotismo romântico era um sentimento limitado e excludente, o cosmopolitismo contemporâneo do século XIX, por sua vez, não passava de uma aspiração à uniformização das diferentes culturas. A universalidade tão desejada era, do mesmo modo, uma utopia etnocêntrica. A descoberta de que havia no planeta outros povos tão distintos dos europeus foi, como se sabe, um elemento a mais para se reafirmar a identidade europeia, modelo ideal no qual deveriam se espelhar as outras, diversas, estranhas culturas do lado de cá do oceano. E a ciência do final do século XIX foi um forte instrumento político e ideológico em defesa desta identidade. Comparavam-se as línguas, comparavam-se as raças, comparavam-se as culturas para hierarquizar, classificar e centralizar. Ser cosmopolita significava ser europeu ou parecer um europeu.

Os românticos trataram a questão do nacionalismo como se fosse de natureza racial. Sílvio Romero abordou a questão da identidade nacional do mesmo modo, destacando, contudo, a importância do mestiço para a formação de uma cultura brasileira original e autônoma. Ajustado aos parâmetros que sedimentam a idéia de formação, o autor buscava o “telos brasileiro”, o resultado final de uma cultura em gestação. E se dessa gestação resultasse um filho bastardo, imagem deformada de seu modelo? Entre o passado indígena recusado e o futuro mestiço incerto, transitava o crítico, cético e melancólico, com raros

momentos de euforia, como atestam seus escritos contraditórios, por ele mesmo assumidos (cf. Romero, 1914).

Analisando, desse prisma, os problemas culturais, como é que fica a questão do povo brasileiro, mistura recentíssima de raças diversas, sem uma existência nacional fortemente definida, em relação ao conjunto de nações já consolidadas e inseridas nesta unidade maior da civilização europeia?

Sílvio Romero (1880, p.155) respondeu a essa pergunta dizendo que seremos tanto mais nacionalistas quanto menos procurarmos sê-lo. Referindo-se mais uma vez ao estudo da literatura contemporânea, disse o autor que essa deveria ter dupla tendência, duas direções fundamentais: o criticismo e o americanismo. Como homem de seu tempo, o escritor americano – e portanto o brasileiro – “deve atender ao que vai de profundo e vasto pelo Velho Mundo”; como homem de seu continente, deve incorporar nas suas produções literárias os ideais democráticos americanos de humanidade, universalidade, civilização e liberdade (ibidem, p.159-60).

Seguir essas duas direções básicas não excluiria, no entanto, a existência das nações, cada qual bem definida e individualizada. Ao contrário, o cosmopolitismo implicava, na visão de Sílvio Romero, a coexistência de povos diferentes, habitando territórios diferentes, expressando-se em línguas diferentes. A civilização, diz o autor, embora seja uma só e cosmopolítica, deve acolher os impulsos originais dos povos independentes (ibidem, p.167).

Como método para se pensar os passos em direção à síntese desejada, Sílvio Romero propõe o que denomina “critério étnico-popular”, cujo papel no processo de definição da nacionalidade literária e cultural brasileira, segundo ele, seria decisivo. Uma vez que a originalidade de toda nação moderna surgiria da mistura de elementos diversos, a nação brasileira só poderá representar um papel histórico importante no momento em que, tendo se apropriado dos legados culturais das nações que a constituíram, delas se afastar, formando “um tipo à parte, uma individualidade distinta” (ibidem, p.167).

O autor acreditava que o processo de diferenciação nacional no Brasil era ainda muito incipiente e debitava esse atraso ao que considerava os dois maiores agentes de transformação: a natureza e a mistura de raças. Como ambos estavam ainda em processo, qualquer resultado final seria mera projeção. De todo modo, a perspectiva determinista prescrevia o olhar retrospectivo sobre o passado cultural, supondo-se possível, com esse gesto, determinar os primeiros passos da individualidade de uma nação. Sendo a literatura uma das expressões fundamentais de um povo, um “sintoma de seu progresso ou decadência” (ibidem, p.168), é a ela que o autor direciona o olhar à procura – que insiste, que se renova a cada texto – de um rosto singularmente brasileiro.

Depois de criticar os trabalhos anteriores relativos à nossa literatura “pela ausência de um critério positivo”, pela falta “de uma idéia dirigente e sistemática” (ibidem, p.169), Sílvio Romero expõe, em breves linhas, a metodologia naturalista/evolucionista que ele próprio aplicaria em sua futura *História da literatura brasileira*.

Com exceção, é claro, da poesia e dos contos populares, do folclore nacional, enfim, Sílvio Romero acusa, em quase todos os movimentos intelectuais, “o caráter de importação” (ibidem, p.173) marcante, de onde a necessidade de estudar a literatura brasileira privilegiando a relação com as literaturas que a influenciaram até então. O crítico não vê, de fato, nenhum movimento autônomo, autenticamente nacional nas letras brasileiras, salvo uma ou outra exceção: Gregório de Mattos, Gonzaga, Santa Rita Durão, Martins Pena, Álvares de Azevedo e Tobias Barreto são escritores de valor, segundo ele, por representarem, em suas obras, “um princípio qualquer de diferenciação nacional e de incentivo de progresso” (ibidem, p.190).

Com Gregório de Mattos “começa a consciência nacional a despontar”; Gonzaga “dá um cunho pessoal ao velho lirismo português”; Durão “nos faz aproximar da natureza, desprezando os moldes clássicos, e desperta a consciência brasileira, lembrando-nos que nós não éramos

só descendentes de portugueses, mas que outras raças, como a dos caboclos, nos tocavam de perto”; Martins Pena, com seu teatro, satiriza a burguesia de herança portuguesa, dos tempos da Regência e do segundo reinado; Álvares de Azevedo, com sua poesia marcada sobretudo pelo romantismo inglês, insere a literatura brasileira nas tendências cosmopolitas modernas; e, finalmente, Tobias Barreto, que Sílvio Romero elege como a síntese de todos os outros, grande como poeta e como crítico, contribuindo decisivamente para colocar a nação brasileira em consonância com as correntes de pensamento mais avançadas da época, principalmente as de origem germânica (Romero, 1880, p.190-1).

A que lugar estaria destinada a obra de Machado de Assis na análise crítica realizada por Sílvio Romero, segundo os novos métodos das ciências naturais que, adaptados à literatura brasileira, resultaram no novo “critério étnico-popular”? A aplicação desse conceito a uma obra, por um lado, vinculada à tradição literária europeia e, por outro, profundamente enraizada no contexto de seu país resultou, conforme se sabe, num grande equívoco. O “critério nacional ou étnico-popular” empregado em obras que não fizessem parte do folclore nacional, das produções anônimas do povo, funcionou como uma verdadeira camisa-de-força. Respalado nesse conceito, o crítico enquadrou, excluiu e incluiu, valorizou e desqualificou escritores e obras da literatura brasileira, exercendo uma crítica autoritária e impressionista, muito distante da imparcialidade que supostamente lhe asseguraria a ciência tão desejada e enaltecida por ele em seus escritos.

Passemos, então, ao estudo sobre Machado que, na época, tanta controvérsia gerou, embora, como se sabe, sem a participação do autor de *Quincas Borba*, que se manteve à distância das discussões.

A polêmica entre Machado de Assis e Sílvio Romero teve início com um artigo do escritor fluminense, publicado na *Revista Brasileira* em 1879, onde este afirmara que o crítico sergipano havia superestimado a importância do

movimento literário do Recife, chefiado por Tobias Barreto e Castro Alves.

No artigo intitulado “A nova geração”, o autor de *Dom Casmurro* indaga se haveria uma “poesia nova” e, em caso afirmativo, qual seria o seu fundamento teórico. Depois de analisar alguns poetas representantes mais significativos da “nova tendência”, concluiu Machado que esses não formavam um grupo compacto. Conjugação de ideal político e ideal poético, aspiração social ao reinado da justiça e da liberdade, tendência acentuada ao realismo resultando numa poesia de cunho cientificista e didático não constituíam, a seu ver, elementos suficientemente coerentes e articulados num corpo de doutrina literária. Faltava ao nosso movimento poético uma definição estética, uma “feição assaz característica e definitiva” (Assis, 1962a, p.813).

Sendo a direção de qualquer movimento artístico determinada pelas condições do meio, pelo “influxo externo”, e não havendo “por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas” (ibidem, p.813), nada mais compreensível que essa ausência de um conjunto articulado de escritores e obras partilhando idéias e procedimentos comuns. Concluindo, “há uma tendência nova, oriunda do fastio deixado pelo abuso do subjetivismo e do desenvolvimento das modernas teorias científicas” (ibidem, p.815), mas ainda não perfeitamente caracterizada. Trata-se apenas de um movimento em vias de se afirmar.

Porque pensava desse modo, Machado de Assis só poderia mesmo discordar de Sílvio Romero ao aquilatar o valor da conhecida Escola de Recife, que não teria tido, segundo ele, a expressão e a importância atribuída pelo crítico sergipano.

Em outro conhecido artigo – “Instinto de nacionalidade” –, Machado já havia assinalado nos escritores brasileiros da época um esforço geral no sentido de construir uma autonomia literária e cultural, de determinar um caráter literário genuinamente nacional.

Com astúcia e moderada ironia, Machado de Assis (1962b, p.803) manifestou-se contrário à opinião corren-

te de que o espírito nacional residiria nas obras que tratam de “assunto local”, doutrina, diz ele, que, “a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura”.

Com isso não quis o autor dizer que a literatura não devesse se nutrir de assuntos regionais ou nacionais, mesmo porque não se trata no caso de uma escolha ou possibilidade: toda escrita parte de algum lugar, num tempo presente a se determinar. Além disso, é inevitável para qualquer escritor – à margem ou no centro das instâncias de legitimação – a passagem pelo crivo das referências universais. Evidenciando o problema verdadeiramente em pauta – o do reconhecimento do escritor pelos seus pares, daqui e do outro lado do mundo, e não propriamente o da representatividade nacional, Machado desloca o velho impasse romântico entre o local e o universal. Parece que a ele não interessava muito a questão que tanto afligia seus contemporâneos. Como se situar no tempo e não no espaço? Como ser lido e aceito senão incorporando o que, segundo Romero e tantos outros, era impróprio, inadequado, imitação de idéias fora do lugar?² Essas, e não a da brasilidade literária, parecem ser as perguntas do escritor. Em outras palavras, não bastava restringir-se à pintura e à descrição da “cor local” da vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações, da natureza e dos costumes. Cumpriria ir mais além: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quanto trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ibidem, p.804).

E é exatamente o contrário desse sentimento íntimo, um nacionalismo de fachada, que Machado aponta e critica no romance e na poesia de então: “Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais” (ibidem, p.807).

Com uma visão perspicaz do problema, Machado acabou provocando uma polêmica, mesmo sem a intenção de polemizar, porque tocou no cerne de uma questão sensível aos críticos e escritores brasileiros, na maioria reféns do

² Como o leitor terá identificado, aproprio-me, nessa passagem, do título do conhecido texto de Roberto Schwarz (1977).

velho dilema do atraso, do descompasso, diante do que ia de mais avançado na literatura pelo mundo afora.

Ao contrário do autor de “Instinto de nacionalidade”, Sílvio Romero, como se sabe, foi um polemista contumaz. Partiu então em defesa de suas idéias e escreveu um ensaio chamado “Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira”, lançando-se à análise da obra machadiana, conforme ele próprio afirma, “à luz de seu meio social, da influência de sua educação, de sua psicologia, de sua hereditariedade não só física como étnica” (Romero, 1936, p.18).

Começou esse estudo analisando as condições de vida pessoal de Machado como um dos fatores determinantes da futura obra. Sobre esse critério fundamentou a divisão em datas marcantes da trajetória do pensamento do escritor – 1859, 1869, 1879 –, apontando aí uma fase inicial totalmente insignificante, uma fase de transição ainda pouco expressiva e, finalmente, a fase posterior a 1879, a grande fase da maturidade.

O julgamento do crítico acerca de Machado, na verdade, não foi nada rigoroso ou científico, conforme ele pretendia. Sílvio Romero fez afirmações genéricas e apresadas, sem nenhum fundamento, sem nenhum critério, ou melhor, aplica, é verdade, o “critério nacionalista” por ele proposto como princípio metodológico de análise, mas o faz de forma desastrosa. Percebe-se, em sua análise, o tom extremamente emotivo e exacerbado. O estudo em questão é um estudo apaixonado e acentuadamente pessoal, é sobretudo uma reação subjetiva a uma apreciação de Machado sobre o Movimento Cultural de Recife – apreciação essa, conforme foi demonstrado, não muito favorável.

Por essa razão, talvez, Sílvio Romero não alcançou o mínimo de isenção e parcialidade esperadas no exercício da crítica literária. Poderíamos argumentar a seu favor alegando a inadequação de seu instrumental teórico. Mas esse não seria um argumento suficientemente forte, como pretendo mostrar mais adiante. Aos equívocos teóricos acrescenta-se o que já assinalamos – a ausência de

objetividade, de equilíbrio nas ponderações. Pesou, e bastante, o fator pessoal.

Importa, contudo, apontar os pontos mais polêmicos relativos à questão da nacionalidade literária para avaliar os possíveis avanços do crítico, apesar do seu fracasso ao abordar a obra machadiana.

O “senão” da obra crítica de Sílvio Romero não consiste nas indagações e talvez nem mesmo na proposta a respeito de um “critério nacionalista” a ser aplicado ao estudo da literatura brasileira. A falha acha-se mais exatamente no que ele define como nacional – uma definição estreita porque atrelada a uma concepção naturalista de raça.

Lutando por provar a veracidade de sua tese, Sílvio Romero discute com outro importante crítico da época, José Veríssimo, segundo o qual o “critério nacionalístico” não se poderia adequar à obra de Machado de Assis, pois, dessa forma, “ela seria nula ou quase nula, o que basta, dado o seu valor incontestável, para mostrar quão injusto pode ser às vezes o emprego sistemático de fórmulas críticas” (Veríssimo apud Romero, 1936, p.27).

Contra-argumentando, escreve Sílvio Romero (1936, p.37-8 – grifos do autor):

O espírito nacional não está estritamente na escolha do tema, na eleição do assunto como ao Sr. José Veríssimo quer parecer. Não é mais possível hoje laborar em tal *mal entendu*. O caráter nacional, esse *quid* quase indefinível, acha-se, ao inverso, na índole, na intuição, na visualidade interna, na psicologia do escritor. Tome um escritor eslavo, um russo, como Tolstoi, por exemplo, um tema brasileiro, uma história qualquer das nossas tradições e costumes, há de tratá-la sempre como russo, que é. Isto é fatal. Tome Machado de Assis um motivo, um assunto entre as lendas eslavas, há de tratá-lo sempre como brasileiro, quero dizer, com aquela maneira de sentir e pensar, aquela visão interna das coisas, aquele *tic*, aquele *sestro* especial, se assim devo me expressar, que são o modo de representação espiritual da inteligência brasileira.

Sílvio Romero (1936, p.28-9) parecia ir muito bem nas argumentações, referendando, certamente sem se dar conta, palavras do próprio Machado, mas eis que, de repente, ele torce o pensamento e o que parecia um aspecto positivo – afinal, não admite o crítico que, em seus romances, em seus contos, Machado “chegou até a criação de verdadeiros tipos sociais e psicológicos, que são nossos em carne e osso, e essas são as criações fundamentais de uma literatura”? – aparece como um grave defeito. Machado seria nacional na medida mesma em que sua literatura refletiria a “sub-raça brasileira cruzada”, é o que atestam abaixo as palavras do crítico:

Machado de Assis não sai fora da lei comum, não pode sair, e ai dele, se saísse. Não teria valor. Ele é um dos nossos, um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada, por mais que pareça estranho tocar neste ponto. (ibidem, p.28).

A partir daí, o crítico passa a proferir uma série de inverdades a respeito da importância da obra machadiana, que se contradizem umas às outras, conforme pode ser observado em muitas passagens do “livro-tribunal”.³

Depois de ter afirmado a nacionalidade do escritor, vê-se o crítico na desconfortável circunstância de salvar uma nacionalidade não-machadiana, uma nacionalidade étnico-popular, conforme reivindica na exposição do já mencionado critério. Machado, escreve Romero (1936, p.52-3), “é o menos popular de nossos poetas, pelo fundo, pela forma, pelo ritmo, pela linguagem, por tudo”; além disso, “em quase toda a sua obra, em poesia, tem esquecido o povo brasileiro”. Machado é censurado por não incorporar o modo romântico de escrever, por aquilo que seus escritos de crítica e de ficção não legitimaram:

Em seus livros de prosa, como nos de versos, falta completamente a paisagem, falham as descrições, as cenas da natureza, tão abundantes em Alencar, e as da história e da vida humana, tão notáveis em Herculano e no próprio Eça de Queiroz. (ibidem, p.55).

³ Expressão usada por João Cezar de Castro Rocha (2004).

Não sendo genuinamente brasileira, a obra de Machado não passaria então, segundo o crítico, de uma imitação mal feita dos autores ingleses. E, no entanto, não havia ele antes afirmado que o espírito nacional residia numa maneira própria brasileira de sentir e pensar e não na mera escolha de temas locais?

Ostensivamente hostil e deselegante, a crítica de Sílvio Romero foi, no entanto – acredito que podemos assim dizer –, coerente no seu conjunto. Afinal, parece nos dizer ele, o problema não residia exatamente na literatura de Machado, mas no Brasil, nela representado. O Brasil mestiço e imitador. A tendência à imitação, entendida pelo crítico como um problema de raça (o brasileiro seria imitador porque mestiço), mostrava-se incontornável na escrita de Machado, explicando-se no caso pela ascendência mulata, pela formação congênita e incompleta do escritor.

Machado de Assis, desse ponto de vista, é um legítimo representante do “espírito brasileiro”, afirmação, no entanto, que colocava o escritor num desconfortável lugar, uma vez que esse “espírito” atravessava um “momento mórbido, indeciso, anuviado, e por modo incompleto, indireto, como que a medo”. Machado “é um produto normal, genuíno de seu tempo, de seu meio” (Romero, 1936, p.71, 154) – de um tempo e de um meio nada notáveis, segundo o crítico, que não via com bons olhos o país.

E de fato, o diagnóstico de Sílvio Romero é devastador. Depois de afirmar que “a nação brasileira é um produto recentíssimo da história”, com “pouco mais de setenta anos de vida autônoma”, e que por isso mesmo não possui “um corpo de tradição e feitos históricos que constituam uma espécie de modelo, de paradigma para ações futuras”, nem muito menos “uma vasta cultura disseminada pelas altas classes sociais” (ibidem, p.71), Sílvio Romero escreve ainda o seguinte:

Deu-se, entretanto, uma espécie de disparate, de contradição intrínseca, que já tive ocasião de notar, nomeadamente na *História da literatura brasileira*: uma pequena elite in-

telectual separou-se notavelmente do grosso da população, e, ao passo que esta permanece quase inteiramente inculta, aquela, sendo em especial dotada da faculdade de aprender e imitar, atirou-se a copiar na política e nas letras quanta coisa foi encontrando no velho mundo e chegamos hoje ao ponto de termos uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e a temperatura exterior. E este mal de nossa habilidade ilusória e falha, de mestiços e meridionais, apaixonados, fantasistas, capazes de imitar, porém organicamente impróprios para criar, para inventar, para produzir coisa nossa e que sai do fundo imediato ou longínquo de nossa vida e de nossa história. (ibidem, p.71-2)

Como parte da “pequena elite intelectual brasileira”, estranha ao país, o autor de *Quincas Borba* “nunca fez escola; nunca foi popular, mesmo no bom sentido da palavra e do fato” (ibidem, p.153). Além disso, mau imitador, Machado era a expressão autêntica de uma cultura inautêntica, imitação imprópria de tudo que chegava de fora, do velho mundo, quase sempre antes ou depois, nunca no tempo certo. Sua obra é mais e menos nacional do que deveria, em incontornável desacerto com a hora e o lugar de onde supostamente deveria se configurar, em descompasso, portanto, com as tendências contemporâneas universais e com a tradição literária brasileira.

Algumas ponderações finais

Por fim, tentando relativizar as palavras com as quais julguei, talvez nem sempre acertadamente,⁴ as avaliações de Sílvio Romero, devo mencionar outros dois críticos representativos da hegemonia cientificista no país, José Veríssimo e Araripe Júnior.

Apontada por Sílvio Romero como um grave defeito, a ruptura do escritor com o meio e a raça brasileira foi, ao contrário, valorizada por José Veríssimo (1977, p.104) como sinal de originalidade e superação das limitações de um povo “atrasado” como o nosso. Quanto menos nacional a

⁴ Para uma análise peculiar sobre o risco de anacronismo nas críticas dirigidas ao “livro-tribunal de Sílvio Romero”, ler o ensaio de João Cezar de Castro Rocha (2004, p.271-3 – grifos do autor), cujo trecho destaca: “Ao reler Romero *através dos seus equívocos*, em lugar de interromper a leitura na simples identificação dos tropeços críticos, descobrimos que ele foi o crítico oitocentista que mais próximo esteve de compreender os traços particulares da prosa machadiana: a fragmentação narrativa; a desconstrução de sistemas filosóficos; a irônica compreensão da formação social brasileira; a tartamudez, ou seja, a escrita de um narrador ébrio, que atravessa o texto ziguezagueando, deixando os leitores do usual romance oitocentista literalmente tontos – nesse tipo de ficção, eram marinheiros de primeira viagem. [...] Na época, o radicalismo da ruptura não foi percebido, pois a canonização de Machado, associada à celebração obrigatória por parte dos admiradores e amigos, tornou familiar o estranhamento que o novo romance deveria provocar. É como se paradoxalmente Romero estivesse mais bem equipado para reconhecer a originalidade do texto, por localizar-se no extremo oposto das opções estéticas e filosóficas machadianas. Desse modo, embora sistematicamente equivocado, *et pour cause*, Romero foi um dos mais agudos leitores do autor de *Dom Casmurro*”.

obra de Machado, tanto melhor, já que mais próxima dos padrões literários europeus.

Segundo Veríssimo, Machado de Assis foi um grande escritor porque estava acima, e portanto deslocado, do meio nacional, foi universal porque não foi nacional. Já para Araripe, a obra de Machado foi significativa justamente pelo motivo oposto: porque – dentro de critérios nacionalísticos – nela a forma européia não foi meramente imitada, mas “tropicalizada”, “obnubilada” pelo meio tropical, ou seja, porque foi, na sua essência, nacional.

Ser ou não ser nacional era uma referência, como se vê, para os diversos julgamentos, mas não constituía, de fato, a questão, uma vez que poderia significar ora um defeito ora uma virtude, ora uma condição indispensável ora um obstáculo intransponível para atingir o universalismo em questões de literatura.

O que gostaria de ressaltar, ao concluir, é o ponto comum entre todos esses escritores, que foi a utilização, em alguma medida, de critérios naturalistas e evolucionistas nos estudos comparativos entre autores da mesma nacionalidade ou de nacionalidades diferentes. Com o cientificismo naturalista, os críticos acreditavam ser possível obter rigor e imparcialidade nas suas análises e, ao mesmo tempo, superar os esquemas impressionistas da crítica literária romântica. Sabe-se, hoje, no entanto, que os métodos naturalistas adotados, comprometidos com uma ideologia que nos reservava um papel menor na cena mundial, impossibilitavam o rigor e a neutralidade desejada. A consequência imediata é que, longe de ser científica, a crítica cientificista foi marcada em muitos momentos pelo aleatório, por um subjetivismo às vezes autoritário, exercida que foi ao sabor das veleidades pessoais.

Os fatores históricos, políticos e culturais que estão em jogo na legitimação da crítica literária brasileira no final do século XIX já foram suficientemente analisados por muitos escritores. Importante aqui é relembrar e reafirmar o fato de que o crítico brasileiro daquele período, para ser respeitado, devia adotar as teorias consagradas produzi-

das nos grandes centros culturais europeus, dominar seus conceitos e tentar adaptá-los a uma realidade distante, estranha a esses mesmos pressupostos teóricos. O que não significa desqualificar o exercício crítico dos escritores aqui referidos, como inadequação, apropriação indevida de idéias alheias porque importadas. Afirmamos apenas, sem outros desdobramentos dados os limites desse artigo, que a estranheza é constitutiva, inseparável do pensamento crítico não só do período aqui estudado. O fato é que não costumamos nos lembrar dos nossos erros de perspectiva, esquecidos que também nós, mergulhados na nossa nebulosa contemporaneidade, reinventamos nossas tradições, criamos hipóteses de futuro, como um dia fizeram aqueles que hoje julgamos.

As teorias do final do século XIX, como se sabe, eram reconhecidas como verdadeiras e legítimas porque traziam a marca do estrangeiro, superior a nós em todos os sentidos: na raça e na cultura. Daí porque o determinismo evolucionista conduzia-nos, inevitavelmente, a um impasse. Como escapar dos defeitos da fatalidade de sermos um povo mestiço, resultado de povos condenados pela própria natureza a produzir uma cultura inferior, caricatura dos povos mais adiantados, nossos modelos inimitáveis, inalcançáveis?

Os que pensaram sobre a cultura brasileira com o auxílio do instrumental cientificista esforçaram-se, é verdade, para superar o impasse, para encontrar soluções para o nosso atraso. Mas tropeçavam sempre nas armadilhas do próprio corpo teórico utilizado. E o resultado de todos os esforços era inevitavelmente o mesmo impasse.

Mas ao que tudo indica, a aquiescência de nossos intelectuais em relação ao pensamento hegemônico europeu não significou aprovação passiva e acomodada, foi ao contrário, pode-se dizer, uma incorporação oportuna das idéias alheias, estrangeiras, das idéias de fora. Na verdade aquele pensamento serviu como instrumento legítimo e adequado para expressar as aspirações de um conjunto de críticos e escritores comprometidos na construção de um

projeto político e cultural para o país. As idéias, portanto, não estavam fora de lugar, mas no seu devido lugar e exprimindo legitimamente os interesses de uma parcela que, apesar de muito pequena, era bastante significativa, pois representava entre nós a vanguarda intelectual com poder de produzir e fazer reproduzir idéias, de forjar pensamentos sobre o país e divulgá-los o mais amplamente possível, não sem o risco de transformá-los, muitas vezes, é verdade, em fórmulas cristalizadas. As referências teóricas com as quais formularam sua crítica, com os inevitáveis acertos e desacertos de toda crítica, apresentavam muitas limitações, as limitações do tempo em que foram construídas. Por isso mesmo, Sílvio Romero e seus contemporâneos não poderiam, dentro dos paradigmas consolidados no tempo e lugar devidos, conceber a realidade mais apropriadamente do que o fizeram.

Referências

- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Machado de Assis. In: _____. *Obra crítica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958-1970. v.3.
- ASSIS, Machado de. A nova geração. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962a. v.III.
- _____. Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962b. v.III.
- CANDIDO, Antonio. (Seleção e Apresentação). Introdução. In: _____. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p.xxii.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- JOBIM, José Luis. História da literatura. In: JOBIM, José Luis. (Org.) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- ROCHA, João Cezar de Castro. “O ruído das festas” e a fecundidade dos erros: como e por que reler Sílvio Romero. In: _____. *O exílio do homem cordial: ensaios e revisões*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

ROMERO, Sílvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1880.

_____. *Minhas contradições*. Bahia: Livraria Catilina, 1914.

_____. *Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio: 1936.

_____. *História da literatura brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. 5v.

SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. Apesar de dependente, universal. In: _____. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

VERÍSSIMO, José. Machado de Assis. In: _____. *Estudos de literatura brasileira*. 6ª série. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

“A vida e os prêmios que ela comporta”: darwinismo social e imaginação literária no Brasil

Luciana Murari*

RESUMO: No período entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o darwinismo social foi uma das doutrinas científicas mais difundidas no Brasil. Mais do que um corpo articulado e coerente de idéias, constituiu-se sobretudo em uma visão de mundo, baseada em um conjunto de assertivas bastante amplas e imprecisas. Essas davam margem a um uso generalista da teoria, capaz de ser aplicada às mais diferentes situações, e que implicava uma determinada concepção do sentido da história. A retórica darwinista foi incorporada por diversos escritores brasileiros. Alguns deles, como Euclides da Cunha, Affonso Arinos, Rodolpho Theophilo e Mário Guedes, aplicaram as idéias gerais da doutrina na interpretação dos conflitos sociais e da relação do homem brasileiro com a natureza do país. Outros, como Machado de Assis e Lima Barreto, viram o darwinismo por um olhar crítico e satírico, apontando sua trivialidade e seu caráter egoísta, amoral e agressivo.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-chave: Darwinismo social, literatura brasileira, intelectualidade, racismo científico.

ABSTRACT: In the last decades of the 19th century and in the first one of the 20th century, Social Darwinism was one of the most popular scientific theories in Brazil. It did not consist of an integrated and coherent body of ideas, but it was best described as a commonplace view based on very broad and imprecise assertions. Its generic principles gave origin to a generalised use of the theory, being applied to the most diverse situations. The Darwinist rhetoric, which implied a conception of history, was adopted by many Brazilian writers. Some of them, such as Euclides da Cunha, Affonso Arinos and Rodolpho Theophilo, incorporated its most general ideas so as to explain social conflicts and the relationship between man and nature in Brazil. On the other hand, Machado de Assis and Lima Barreto saw

* Universidade de Caxias do Sul (UCS).